

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO: UMA LEITURA A PARTIR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS-CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

THE CHALLENGES OF LITERACY: A READING FROM THE SUPERVISED CURRICULAR INTERNSHIP IN THE UNDERGRADUATE COURSE IN PEDAGOGIA BILÍNGUE BY INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS-CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

*João Ferreira de Araújo Júnior*¹

*Wellington Cardoso de Oliveira*²

RESUMO: Os desafios do processo de alfabetização têm sido objeto de estudos e discussões há algum tempo nas instituições de educação superior, nos eventos científicos e nos programas governamentais. Embora haja avanços nas discussões sobre o tema que outrora estavam presas às questões dos métodos de alfabetização, o caminho ainda apresenta desafios. Um deles é a compreensão de que o analfabetismo é um problema histórico e social em nosso país e que, portanto, não existem fórmulas milagrosas para a solução do problema. Assim, a proposta deste trabalho é discutir a temática da alfabetização e do letramento tendo como referência a experiência docente destes pesquisadores na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Aparecida de Goiânia, entre os anos de 2021 a 2023. Nessa experiência, percebemos que a “apropriação da linguagem escrita” (alfabetização e letramento) é um problema que transversaliza todo o trabalho pedagógico escolar na primeira fase do Ensino Fundamental. Portanto, qualquer proposta que objetive sucesso nesse processo deve levar em consideração o trabalho pedagógico em suas múltiplas variantes. Nesse sentido, dialogamos neste texto com autores renomados da área, tais como: Soares (2021) e Franco e Martins (2021). A metodologia utilizada para a escrita neste artigo é a observação participante, a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização e Letramento. Formação de Professores. Estágio Curricular.

ABSTRACT: The challenges of the literacy process have been the subject of studies and discussions for some time in higher education institutions, scientific events and government programs. Although there are advances in discussions on the topic that were once tied to the issues of literacy methods, the way still presents challenges. One of them is the understanding that illiteracy is a historical and social problem in our country and that, therefore, there are no miraculous formulas for the solution of the problem. Thus, the purpose of this work is to discuss the theme of literacy and social literacy with reference to the teaching experience of these researchers in the discipline of Supervised Curricular Internship in the Early Years of Elementary School of the degree course in Pedagogia Bilíngue by Instituto Federal de Goiás, Câmpus Aparecida de Goiânia, between the years of 2021 to 2023. In this experience, we realized that the "appropriation of written language" (literacy and social literacy) is a problem which transversally all school pedagogical work in the first phase of Elementary School. Therefore, any proposal that aims to succeed in this process must take into account the pedagogical work in its multiple variants. In this sense, we dialogue in this text with renowned authors in the

¹ Instituto Federal de Goiás. E-mail: joao.ferreira@ifg.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0008-7414-9488>

² Instituto Federal de Goiás. E-mail: wellington.cardoso@ifg.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0001-0702-5839>

● [Informações completas no final do texto](#)

area, such as: Soares (2021) and Franco and Martins (2021). The methodology used for writing in this article is participant observation, bibliographic research and document analysis.

KEYWORDS: Literacy and Social Literacy. Teacher Training. Curricular Internship.

Introdução

O objeto central deste trabalho é a alfabetização como problema social e histórico na primeira fase do Ensino Fundamental. As experiências como professores da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, entre os anos de 2021 e 2023, na licenciatura em Pedagogia Bilíngue no Instituto Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, evidenciaram a “apropriação da linguagem escrita” (alfabetização e letramento) como um problema que transversaliza todo o trabalho pedagógico escolar na primeira fase do Ensino Fundamental.

Sobre esse problema, Martins e Marsiglia (2015) indicam que, entre os anos de 1995 e 2005, o índice de proficiência em língua portuguesa por crianças que estudam no ano final da primeira fase do Ensino Fundamental reduziu. Para as autoras, na década analisada “(...) os resultados não só pioraram como também ao longo da escolarização as insuficiências foram agravando-se, gerando pontuações cada vez mais baixas (na quarta série a redução foi de 16 pontos em dez anos, enquanto no 3º ano do ensino médio foram 32 pontos)” (MARTINS;MARSIGLIA, 2015, p. 2). Esses dados, a priori, expressam a necessidade de repensar os processos didáticos da alfabetização, bem como a ampliação (quantitativa e qualitativa) do acesso aos conhecimentos sistematizados que favorecem a apropriação da linguagem escrita.

Considerando dados mais recentes, Dangió e Martins (2018, p. 4) dizem que as avaliações de desempenho escolar no Brasil, a exemplo dos evidenciados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica do Brasil (SAEB), “demonstram o papel insuficiente da alfabetização na mediação do processo de aprendizagem da leitura e da escrita”. Os resultados da proficiência em leitura e escrita na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2014 mostram que “54,73% dos estudantes acima de 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura (BRASIL, 2017 apud DANGIÓ;MARTINS, 2018, p. 4).

Quando observado dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicizado em 2009, as autoras relacionam os processos educativos às

classes sociais, pois “em famílias mais ricas (...), aos cinco anos de idade, quase metade (47%) das crianças já se alfabetizaram; entre as mais pobres (...), o percentual é de 10%.” (FOLHA DE S. PAULO, 2009 apud DANGIÓ; MARTINS, 2018, p. 5). Coloca-se, assim, o problema do analfabetismo brasileiro também como uma expressão das desigualdades sociais.

Como atividade primária, um conteúdo clássico para a educação escolar, a universalização da alfabetização também se efetiva como um problema social. Os resultados do SAEB 2021³ indicam que a alfabetização de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental fora comprometida entre os anos de 2019 e 2021, pois o índice das que não souberam ler palavras isoladas subiu de 15% para 34%.

Quando observado esses dados, tendo em vista as redes de Ensino, percebe-se que as dificuldades em alfabetizar as crianças em idade escolar são superdimensionadas para as escolas públicas, em especial para as redes municipais de ensino, pois abrangem cerca de 84,8% das 14,5 milhões de matrículas existentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil. Considerando como recorte a realidade do Estado de Goiás, identifica-se que de cada 100 matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, aproximadamente 81 encontram-se em escolas públicas, sendo 80 na rede municipal e 1 na rede estadual. Enquanto que a rede privada comporta, apenas, aproximadamente 19 dessas matrículas.

Essas referências mostram a importância das escolas públicas no enfrentamento ao analfabetismo no Brasil; por conseguinte, a necessidade de se construir uma política de Estado para erradicar o analfabetismo. No particular deste trabalho, serão expostas reflexões sobre o problema do analfabetismo, tendo em vista a relação Público-Público – parceria interinstitucional entre o IFG-Aparecida de Goiânia e a Escola Municipal Pontal Sul da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia – no desenvolver do Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da licenciatura em Pedagogia Bilíngue entre os anos de 2021 e 2023.

No que se refere à exposição, essa pesquisa apresentará, inicialmente, o referencial teórico norteador das análises qualitativas; em seguida, sintetizará a organização metodológica do Estágio Supervisionado da licenciatura em Pedagogia Bilíngue na primeira

³ Dados disponíveis em: https://download.inep.gov.br/saeb/resultados/apresentacao_saeb_2021.pdf Acesso em: 10 de agosto de 2023.

Fase do Ensino fundamental, bem como, sua objetividade. Na sequência, serão apresentadas reflexões que expressam, no momento, os resultados das análises das práticas pedagógicas na escola durante o Estágio Supervisionado, do estudo de programas (Federal e Estadual) de alfabetização referência na formação continuada dos docentes da escola campo de estágio. Por fim, as considerações finais.

Referencial Teórico

No tocante aos fundamentos, este trabalho tem como referência algumas perspectivas críticas da alfabetização. A primeira refere-se ao princípio do Alfalettrar desenvolvido pela professora/pesquisadora Magda Soares (2021) que tem como tese central de seus estudos a compreensão de que toda criança pode aprender a ler e a escrever.

Para Soares (2021), o Alfalettrar refere-se à indissociabilidade de dois processos distintos, a alfabetização e o letramento. Nas palavras da autora,

Alfabetização e Letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferentes; entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização – a aquisição de tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2021, p. 27).

Ainda segundo Magda Soares (2021, p. 34), “o texto deve ser o eixo central do processo de alfabetização”. Apreendendo que a língua possui função sociointerativa, a autora explicita que as interações sociais por meio da fala ou da escrita dá-se por meio de textos. Desde a infância, no mundo letrado que se vive, o ser humano constitui-se por meio da apropriação da cultura humana que lhes é apresentada, sendo os textos oralizados ou escritos ferramentas históricas essenciais para esse processo.

Também se apoia, nesse trabalho, nos estudos de Franco e Martins (2021) que, tendo como base epistemológica a Pedagogia Histórico Crítica, entendem que a atual Política Nacional de Alfabetização (PNA) é incapaz de enfrentar os desafios do analfabetismo no Brasil e propõe a tese de que a palavra seja o embrião da escrita. As autoras compreendem a palavra “(...) como ideia (conceito) e enquanto unidade mínima para a compreensão da apropriação da língua escrita, pois ela concentra as múltiplas

relações envolvidas na referida apropriação da escrita, recolocando em si o papel do ensino e da aprendizagem” (FRANCO;MARTINS, 2021, p.108). Apoiadas nos estudos de Vigotski, as autoras apreendem a palavra como conceito central, o signo dos signos que aponta a pré-história da linguagem e do pensamento.

Partindo da perspectiva de que a aquisição da escrita relaciona-se com o desenvolvimento do psiquismo, as autoras têm como pressuposto a compreensão de que “(...) é pela via da aquisição da fala que a criança inaugura seu contato e adquire consciência dos aspectos fonéticos, lexicais, semânticos, sintáticos e gramaticais da língua, que se impõem como fundamentos da aquisição da leitura e da escritura” (FRANCO;MARTINS, 2021, p.105). Nesse sentido, a alfabetização é compreendida como um processo complexo que se efetiva como síntese de um amplo movimento de desenvolvimento psíquico-humano, desde a primeira infância, como percepção, memória, coordenação motora, afeto, concentração, criatividade entre outras.

Esses fundamentos da alfabetização têm sido centrais no processo de desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da licenciatura em Pedagogia Bilíngue. Considerando a indissociabilidade entre teoria e prática, tem-se compreendido a apropriação da linguagem escrita como uma das demandas principais dos estudantes, bem como um problema que deve ser refletido na formação inicial e continuada na área da pedagogia. Refere-se aqui à dialética entre os fundamentos da alfabetização (teoria) e as práticas do e no Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para uma formação crítica de professores alfabetizadores.

Metodologia

Tendo em vista a indissociabilidade entre teoria e prática, o Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na licenciatura em Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia tem sido organizado a partir de, ao menos, dois princípios básicos: primeiro, deve-se ter como referência a parceria público-público e, segundo, a formação não pode ser indiferente às diferenças dos graduandos.

Entende-se por parceria público-público, a relação entre instituições públicas para o enfrentamento conjunto de problemas sociais. No particular deste trabalho, refere-se à

parceria entre o Instituto Federal de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia e Escolas da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia no enfrentamento a problemas educacionais na formação inicial de professores pedagogos e na alfabetização de crianças, estudantes na primeira fase do Ensino Fundamental.

Tem-se como pressuposto a compreensão de que a escola pública é o espaço educacional que acolhe os filhos da classe Trabalhadora e, portanto, local privilegiado para a formação de professores críticos, que se reconhecem como classe e se movem em favor de uma formação humana, ainda que situados nas determinações históricas do capital.

No tocante a não indiferença às diferenças dos graduandos, dá-se pela particularidade da licenciatura em questão, formada por estudantes ouvintes e surdos. Exige-se uma formação bilíngue e que não esteja alheia às dificuldades históricas do Brasil em relação à Educação de Surdos. Nessas condições, precisa-se envolver os profissionais intérpretes que, além de garantir a acessibilidade dos graduandos surdos no ambiente escolar, devem ser percebidos como parceiros dos docentes da disciplina de estágio na construção das melhores metodologias de trabalho.

Tendo em vista este duplo princípio, o Estágio Supervisionado tem sido realizado em escolas públicas da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia de forma semestral, com encontros presenciais uma vez por semana no Câmpus do IFG para estudos teóricos e diálogos do observado na escola campo. E outro, de forma presencial, nas escolas campo para observações e intervenções pedagógicas orientadas. Os graduandos, durante as observações, produzem um diário de bordo que servirá de referência para a produção do relatório final da disciplina; e organizam aulas, desde a construção dos planos e materiais didáticos, para serem ministradas nas intervenções pedagógicas.

Cabe aqui algumas observações importantes: primeiro, os alunos surdos são orientados a produzirem seus diários de bordo em sua primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por meio de vídeos. Entende-se que esse caminho os possibilitará a informações mais qualificadas e, por conseguinte, melhores condições de produzirem o relatório final em português escrito; segundo, os estudos teóricos da disciplina de estágio Supervisionado intersecciona com os da disciplina de Alfabetização e Letramento, assim como ocorre com o trabalho da disciplina de Prática de Ensino Integrador (PEI) de Alfabetização e Letramento, cujos graduandos são orientados para a construção e avaliação dos planos de ensino e materiais didáticos.

Essa integração curricular na formação inicial dos graduandos em Pedagogia Bilíngue tem sido a chave dos estudos apresentados neste trabalho. Por considerar que a alfabetização e o letramento são centrais para o trabalho pedagógico da primeira fase do Ensino Fundamental, os professores pesquisadores do IFG-Aparecida de Goiânia, além de observá-los nas práticas escolares, também têm realizado estudos bibliográficos e documentais da temática, tendo como ponto de partida e chegada a realidade social da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia. Dessa forma, apresenta-se a seguir o resultado de alguns desses estudos.

Resultados

Com os estudos teóricos e documentais sobre alfabetização, refletidos a partir de observações das práticas pedagógicas na escola campo de estágio supervisionado entre os anos de 2021 e 2023, chega-se a três sínteses: a) o enfrentamento ao analfabetismo exige uma política de Estado e não de governo; b) a alfabetização deve ser pensada a partir de perspectivas críticas da educação em detrimento das perspectivas neoliberais que visa a formação de subjetividades empreendedoras; e, por ser complexo, c) o processo de alfabetização não pode ser indiferente às diferenças dos sujeitos da aprendizagem.

Entende-se que é necessário romper com a lógica instaurada no país de enfrentamento dos problemas educacionais por meio de políticas de governo em detrimento de políticas de Estado. Problemas como o do analfabetismo não podem ser enfrentados por meio de ações transitórias como são os governantes. É imprescindível que haja uma política de alfabetização construída para e pela colaboração dos entes federados do Brasil (União, Estados e Municípios) em detrimentos de programas propostos por “arautos” da educação, de forma vertical e baseado em exemplos externos, muitas vezes, desconexos com a realidade brasileira.

Como exemplo desse processo, em que as políticas de governo têm se sobreposto às políticas de Estado, destacamos dois programas de alfabetização da atualidade, um nacional – o Projeto Tempo de Aprender – e outro estadual – o AlfaMais Goiás.

O programa Tempo de Aprender⁴, vinculado à Política Nacional de Alfabetização, homologada em 2019 por meio do Decreto nº. 9.765, de 11 de abril de 2019, tem como

⁴ Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender> Acessado em: 10 de agosto de 2023.

referência quatro eixos: formação continuada de profissionais da alfabetização; apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização; aprimoramento das avaliações de alfabetização; e valorização dos profissionais da alfabetização.

No geral, o projeto prevê capacitações e acompanhamento das atividades escolares voltadas para a alfabetização. A valorização dos profissionais tem como referência princípios meritocráticos e as perspectivas de alfabetização ancoram-se no cognitivismo, sobretudo com referenciais internacionais que enaltecem a formação de competências e habilidades como o norte para a educação, a exemplo do que está proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).⁵

Considerando a forma e o conteúdo dos materiais didáticos disponibilizados pelo programa, em sua página oficial, observa-se que as propostas de alfabetização são pragmáticas e se baseiam na separação entre a concepção e a execução. Há os “intelectuais” que possuem a responsabilidade de propor as ações educativas – do planejamento à forma de realização – e os trabalhadores que as executam nas escolas. Nesse sentido, a docência tende reduzir-se à tutoria, na qual o professor tem o papel de colocar em prática apenas aquilo que foi pensado – externo à escola – para se fazer. Em outras palavras, não cabe aos docentes apropriarem-se dos fundamentos da alfabetização, pois já estão dados. Cabe-lhes apenas a competência de executar as atividades que se encontram sistematizadas em manuais didáticos.

Nessa mesma perspectiva, encontra-se o Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada - AlfaMais Goiás⁶. Ele tem como referência três eixos: melhoria contínua do IDEGO-Alfa; garantia da aprendizagem efetiva; e alfabetização na idade certa. No geral, de acordo com a apresentação de lançamento do programa, pretende-se realizar por meio da colaboração entre o Estado e os municípios e tem como propósito o desenvolvimento de competências e habilidades e assegurar a alfabetização das crianças em idade certa. Para isso, propõe ações voltadas para a prática pedagógica através de capacitações que mobilizam equipes gestoras e escolares.

⁵ Para uma compreensão aprofundada da concepção de alfabetização proposta pelo programa Tempo de Aprender ver o material bibliográfico disponibilizado na “Biblioteca da Alfabetização” (<https://alfabetizacao.mec.gov.br/politica-nacional-de-alfabetizacao-2/biblioteca-da-alfabetizacao>).

⁶ Uma apresentação audiovisual do programa AlfaMais pode ser encontrada nesse link: <https://www.youtube.com/watch?v=URSHaC1uQvg> Acesso em 10 de agosto de 2023

Ainda, de acordo com o apresentado no lançamento do AlfaMais Goiás, o programa alinha-se a um movimento educacional, específico para alfabetização, em desenvolvimento no país. Como exemplo citam: o Programa Criança Alfabetizada, lançado em 2019, no Amapá; o Pró-Alfabetização na idade certa, lançado em 2021, no Piauí; o PAIC - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em 2007, no Ceará; o Programa Criança Alfabetizada, lançado em 2019, em Pernambuco; a Escola 10 – Criança Alfabetizada, lançado em 2019, em Alagoas; o Programa alfabetiza para valer, lançado em 2019, em Sergipe; e o PAES – Pacto pela Alfabetização no Espírito Santo, lançado em 2019. Do ponto de vista dos fundamentos em educação, esse movimento está alinhado ao Plano Nacional de Alfabetização de 2019 e tem como centralidade propor programas de alfabetização coerentes às perspectivas educacionais da BNCC, baseado em competências e habilidades.

O que se observa, portanto, é que a tendência neoliberal para educação, pautada na formação de subjetividades empreendedoras, também tem sido referência para os programas de alfabetização no Brasil. Alinhado aos interesses do capital internacional e que percebe a educação escolar apenas como fator econômico, devendo, inclusive, ter a sua gestão equivalente às de empresas privadas.

Com isso, separa-se teoria e prática, os que “pensam” a alfabetização na educação escolar, por vezes à revelia das realidades escolares, e os que “executam” as atividades de alfabetização. Uma fragmentação que tende a tornar os processos de alfabetização funcionalistas, tendo em vista apenas o desenvolvimento de competências e habilidades mínimas de leitura e escrita, conforme se exige o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e/ou o Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás (IDEGO).

Nessa perspectiva de alfabetização, o básico da educação limita-se ao mínimo; e os receituários de alfabetização aparecem na forma de manuais didáticos elaborados e propostos por “especialistas”. Nesses termos, cabe aos professores da primeira fase do Ensino Fundamental apenas a resiliência em criar “metodologias ativas” que possam mediar o acesso das crianças aos conhecimentos mínimos, às competências e habilidades exigidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Nesse contexto, corrobora-se Franco e Martins (2021, p.104), ao afirmarem que

(...) o disposto na Política Nacional de Alfabetização não contempla, em profundidade analítica, o complexo processo de alfabetização, reduzindo-o à

formação de dadas habilidades que condicionarão a aprendizagem da escrita e da leitura. (...) o disposto no documento de base da referida Política pretere a alfabetização como síntese de múltiplas determinações, limitando-a a mecanismos cognitivo-comportamentais e a condicionamentos associativos entre sons e letras, ou seja, de pareamentos grafofônicos.

Em outros termos, a proposta de alfabetização preconizada no Plano Nacional de Alfabetização é indiferente à complexidade da alfabetização como prática educacional essencial para a humanização do homem. Por essa razão, as autoras entendem ser necessário situar a alfabetização como parte do “conjunto de determinações que orientam o desenvolvimento cultural do psiquismo da criança”(FRANCO;MARTINS, 2021, p. 104), no qual a palavra seja apreendida como um conceito, a unidade mínima para a devida compreensão da apropriação da língua escrita, “pois concentra as múltiplas relações envolvidas na referida apropriação da escrita, recolocando em si o papel do ensino e da aprendizagem” (FRANCO;MARTINS, 2021, p. 108).

Nessa lógica, a alfabetização não se limita à aprendizagem da leitura e da escrita em si, nem tão pouco, se condiciona a fatores externos à escola. O alfabetizar refere-se a um processo de apropriação da cultura humana, nesse particular da linguagem escrita, que vai ser fator essencial para o desenvolvimento humano dos alfabetizandos. O acesso a essa prática social possibilitará o contato dos indivíduos com sua objetividade histórica, levando-o a compreender o meio no qual está inserido, além de esse conhecimento impulsionar novas percepções de si como sujeito social.

Como atividade educacional, a alfabetização pressupõe relações humanas. Não pode haver indiferença com as diferenças. E a separação entre trabalho intelectual e manual e entre professores e alunos deve ser subsumida no e pelo processo pedagógico. Dessa forma, entende-se que o processo de alfabetização encontra sua base primeira ainda no desenvolvimento da fala da criança, na apropriação da linguagem oral que, quando abstraída, por meios educacionais, o seu aspecto sensorial avança para a construção da linguagem escrita.

Em outros termos, é necessário respeitar os tempos e espaços desenvolvente das crianças para que seja alfabetizada em sua integralidade. O desvalorizar a atividade de brincar, próprio da Educação Infantil, antecipando a atividade de estudo tende a não contribuir com os processos de alfabetização, apesar de até poder chegar a resultados, funcionalistas, que impulsionam os dados quantitativos requeridos por avaliações externas à escola.

Considerações Finais

As reflexões suscitadas neste trabalho nos apontam para várias questões que merecem destaque nas discussões acadêmicas. Nesse texto, não tivemos a pretensão de discorrer sobre todas, mas de lançar questões que podem ser aprofundadas em diferentes momentos da pesquisa. A primeira delas é a importância do estágio curricular supervisionado para formação dos futuros professores e professoras que atuam na educação básica brasileira.

O que a experiência docente tem nos mostrado é a importância do estágio curricular supervisionado no processo de formação dos futuros professores. É a partir dele que os docentes em formação conseguem vivenciar momentos de reflexão sobre ser professor. Além de compreenderem que não existe indissociabilidade entre teoria e prática, entre saber e fazer. Por isso, o fortalecimento do estágio curricular supervisionado, torna-se essencial nos cursos de licenciatura, em especial nos cursos de licenciatura em pedagogia. Nesse sentido, destaca-se a figura do professor supervisor e seu papel mediador na formação dos futuros docentes.

Outra questão que se apresenta urgente é a superação das receitas prontas e acabadas nas redes de ensino que determinam o que é alfabetização e limitam o trabalho dos professores em sala de aula. Essas orientações, além de atenderem interesses alheios à escola pública, tendem a negar a diversidade dos sistemas de ensino ao homogeneizar as crianças em fase de alfabetização, priorizando práticas mecanicistas e excludentes, cujo foco é a memorização e a ausência de reflexão crítica.

Por fim, é preciso superar a negação do saber docente e valorizar os saberes dos professores que estão no “chão da escola”. São esses profissionais que conhecem a realidade onde estão inseridos e que, portanto, devem ter suas propostas, metodologias e práticas valorizadas e respeitadas. Isso significa o fortalecimento do trabalho pedagógico, a valorização da escola pública e a busca de uma cultura escolar democrática, participativa e combativa.

Referências

DANGIÓ, M. C. dos S; MARTINS, M. L. **A alfabetização sob o enfoque histórico-crítico: contribuições didáticas**. Campinas, SP: autores Associados, 2018.

FRANCO. A. de F; MARTINS. L. M. **Palavra escrita: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização**. Goiânia-GO: Phillos Academy, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Alfabetização: Programa Tempo de Aprender**. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 22 set. 2022.

MARTINS, M. L; MARSIGLIA, A. C. G. **As perspectivas construtivistas e histórico-críticas sobre o desenvolvimento da escrita**. Campinas - SP, autores Associados, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB 2021**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/saeb/resultados/apresentacao_saeb_2021.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA. Apresentação audiovisual do Programa em regime de colaboração pela criança alfabetizada - **AlfaMais Goiás**. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=URSHaC1uQvg>. Acesso em: 22 set. 2022.

SOARES, M. **Alfaetrar: Toda criança pode aprender a ler e escrever**. 1 ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Editora Contexto, 2021.

NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA

João Ferreira de Araújo Júnior. Doutorado (2020) e Mestrado (2013) em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Tem experiência em Educação Básica, Gestão Escolar e Formação de Professores. Possui interesse por pesquisas em Educação, Neoliberalismo, Privatização do Público, Reformas Educacionais, Ensino Médio e Alfabetização. Professor efetivo do Instituto Federal de Goiás-Campus Aparecida de Goiânia na área de Educação, GO, Brasil.

E-mail: joao.ferreira@ifg.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0008-7414-9488>

Wellington Cardoso de Oliveira. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004) e em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2010). Tem experiência nas áreas de História, Pedagogia e Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia da Educação, Sociologia Geral, História da Educação, Políticas Educacionais, Juventude e Religião. Professor efetivo no Instituto Federal de Goiás (IFG) Câmpus Aparecida de Goiânia, GO, Brasil.

E-mail: wellington.cardoso@ifg.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0001-0702-5839>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.



FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.

EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 29/11/2023 - Aprovado em: 09/12/2023 – Publicado em: 23/12/2023.

COMO CITAR

ARAUJO JÚNIOR, J. F.; OLIVEIRA, W. C. Os Desafios da Alfabetização: Uma Leitura a partir do Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Goiás-Câmpus Aparecida De Goiânia. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 4, número especial, p. 131-143. 2023.